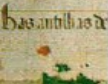


IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA



IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica

Porto, 9 a 12 de Novembro de 2011

ISBN 978-972-8932-88-6

António Bento-Gonçalves- bento@geografia.uminho.pt

Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território
(CEGOT), Departamento de Geografia, Universidade do Minho,
(Portugal)

António Vieira- vieira@geografia.uminho.pt

Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território
(CEGOT), Departamento de Geografia, Universidade do Minho,
(Portugal)

Luciano Lourenço- luciano@uc.pt

Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território
(CEGOT), Departamento de Geografia da Faculdade de Letras,
Universidade de Coimbra (Portugal)

A cartografia de suporte da arborização dos baldios no Noroeste de Portugal Continental na 1ª metade do Século XX

Resumo:

A arborização dos baldios montanhosos de Portugal continental, iniciada na 1ª metade do século XX, na sequência do regime florestal coincidiu com um período (1929-1952) de inexistência de um verdadeiro sistema de planeamento em Portugal, o qual consistia, fundamentalmente, numa actividade descontínua e muito rudimentar.

Em 1935 surgiu a Lei da Reconstituição Económica (Lei nº 1:914, de 24 de Maio de 1935), com base na qual foi aprovada a Lei do Povoamento Florestal que estabeleceu a forma de aplicação do Plano de Povoamento Florestal.

Com o Reconhecimento Florestal (a Norte do Tejo), da responsabilidade do Ministério da Agricultura, em 1935, surgiu um mapa à escala 1/500.000, que representa os baldios reconhecidos até esse ano, bem como os perímetros florestais.

Seguiu-se-lhe, em 1939, uma obra da Junta de Colonização Interna, do Ministério da Agricultura, que se desenvolve por 2 vol. e 3 tomos, destinada a complementar o trabalho de 1935, em que é feito o reconhecimento dos baldios dos 18 distritos do continente, com a produção de cartografia das áreas baldios.

Depois deste reconhecimento, a mesma Junta de Colonização Interna elaborou, em 1941, um Plano geral de aproveitamento dos baldios reservados (10 Distritos: Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Aveiro, Coimbra, Leiria, Viseu, Guarda, Évora e Faro), distribuído por 4 volumes e mapas à escala 1/50.000.

Posteriormente, os projectos de arborização dos diferentes perímetros florestais das áreas de montanha, bem como projectos complementares (Caminhos Florestais, Melhoramento de Pastagens, ...) que suportavam essas arborizações, dispõem de um valioso espólio cartográfico (diversas escalas) dos anos 30, 40 e 50.

Assim, pretendemos apresentar alguns exemplos da cartografia e de peças desenhadas utilizadas no planeamento florestal da primeira metade do século XX do Noroeste de Portugal.

Palavras-Chave: Arborização, baldios, planeamento, cartografia.

Abstract:

The afforestation of the *Baldios* in the mountainous areas of Portugal, which began in the 1st half of the twentieth century, following the forestry regime, corresponded with a period (1929-1952) characterized by a lack of a real planning system in Portugal, and presented a discontinuous action.

In 1935, with the Economic Recovery Act (Law No. 1:914, from May 24, 1935), was approved the Settlement Act which established the guidelines for the Forest Plan Settlement implementation.

With the Forestal Survey (at north of the Tagus River), by the Ministry of Agriculture in 1935, came a 1/500.000 scale map, which represents the *Baldios* recognized until this year, as well as the forestal perimeters.

In 1939, a work of the Board of Internal Colonization of the Ministry of Agriculture intended to complement the work of 1935, in which recognition is made of the *Baldios* of the 18 districts of the continent, with cartography of the *Baldios* areas.

After this recognition, the same Board of Internal Colonization produced in 1941, the general Plan for the use of the reserved *Baldios* (10 Districts: Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Aveiro, Coimbra, Leiria, Viseu, Guarda, Évora and Faro), in four volumes and maps to scale 1/50.000.

Later, the afforestation projects of different forest perimeters of mountain areas, as well as complementary projects (forest roads, pasture improvement, ...) that supported these webs, have a valuable collection of maps (different scales) of the 1930's, 40's and 50's.

Thus, we intend to present some examples of maps and drawings used in forest planning in the first half of the twentieth century, in the Northwest of Portugal.

Key-words: Afforestation, commons, planning, cartography.

Introdução

Com a publicação, em 1868, do “*Relatório acerca da Arborização Geral do Paiz*” (fig. 1 A, B), elaborado por Carlos Ribeiro e Nery Delgado na sequência da solicitação do Instituto Geográfico, e respectiva apresentação a sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria em resposta aos quesitos do Artigo 1º do decreto de 21 de Setembro de 1867, pode dizer-se que se inicia a história recente da floresta em Portugal Continental.

Apesar da história recente da floresta em Portugal Continental, de 1886 até aos nossos dias, atravessar três séculos e de ter vindo a ser razoavelmente estudada, tem sido pouco divulgada e a cartografia que lhe serviu de base raramente tem sido realçada.

É, portanto, objectivo deste texto evidenciar este aspecto, e dar a conhecer um valioso património cartográfico que, embora marcado por imperfeições, demonstra a importância da cartografia no processo de arborização do território nacional.

A história da florestação em Portugal Continental na primeira metade do Séc. XX

Se bem que a edificação do património florestal se tenha iniciado em 1868, dificilmente se compreenderá este período sem se recuar um pouco mais e reconhecer a importância da Revolução Liberal para a modernização do País.

É pois neste contexto que surge em 1824 a Administração Geral das Matas, extinta em 1886, se dá início à arborização e fixação das dunas em 1850 e se inicia o ensino superior agrícola e florestal em 1864.

Assim, nesta onda de dinamismo e de ânsia por informação técnica de base surge em 1868 o referido “*Relatório acerca da Arborização Geral do Paiz*”, segue-se o “*Compendio de Economia Rural*” em 1868, de Luis Augusto

Rebello da Silva, a *“Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias com um Atlas”* em 1875, de Gerardo A. Pery e três obras de Bernardino Barros Gomes, *“Condições Florestais de Portugal Ilustradas”* em 1876, *“Notice sur les arbres forestiers du Portugal”* em 1878 e as *“Cartas Elementares de Portugal para uso das Escolas”* igualmente em 1878 (fig. 2).

Ainda no século XIX, em 1890, é instalada a Primeira indústria de papel em Portugal (papel de embrulho), Fábrica de Porto de Cavaleiros, e é criada a Comissão para elaboração dum projecto de arborização das dunas móveis (1896), tendo o respectivo projecto surgido em 1897. No ano de 1900 entra em laboração a Fábrica de Papel de Matrena, nas margens do rio Nabão.

Assim, o século XIX caracterizou-se, em traços gerais, pelo início dos trabalhos de fixação e arborização das dunas do litoral e de arborização de serras do interior e pelo aumento sensível da área florestal, num quadro de desarborização de folhosas a Norte do Tejo, de progressão do pinheiro bravo e de regeneração do sobreiro e valorização dos montados.

Entra-se pois no século XX com alguma informação técnica de base.

Em 1901 é publicado o “Regime Florestal” (Decreto de 24 de Dezembro de 1901 - DG nº 296, de 31 de Dezembro; Decreto de 24 de Dezembro de 1903 - DG nº 294, de 30 de Dezembro e Decreto de 11 de Julho de 1905 - DG nº 161, de 21 de Junho), que apresentava como principais objectivos a arborização nas imediações das matas nacionais, nas bacias hidrográficas de rios assoreados, nas dunas móveis e nos baldios montanhosos.

Em 1910 chegou mesmo a surgir o “Plano Geral de Arborização de Montanhas”, o qual nunca foi posto em acção. No entanto, nas áreas de montanha (fot. 1 A, B, C e D), em 1936 apenas se haviam plantado 20 000 hectares, fruto da crise social e económica, da Instauração da República, da Primeira Guerra Mundial, da gripe “Pneumónica” e dos fluxos migratórios.

Tudo isto levou o Estado, ao mesmo tempo que declarava oficialmente, em 1927, as florestas como um recurso económico nacional, a redireccionar a sua acção para o aproveitamento agrícola dos incultos, em detrimento do uso florestal do solo.

Portugal encontrava-se numa fase (1929-1952) de inexistência de um verdadeiro sistema de planeamento em Portugal, consistindo este, fundamentalmente, numa actividade descontínua e muito rudimentar.

Surge em 1935 a Lei da Reconstituição Económica (Lei nº 1:914, de 24 de Maio de 1935) com base na qual é aprovada a Lei do Povoamento Florestal (Lei nº 1971 de 15 de Junho de 1938) que estabeleceu a forma de aplicação do Plano de Povoamento Florestal (fig. 3).

Nesse âmbito, surge igualmente em 1935 o mapa à escala 1/500.000 com o Reconhecimento Florestal (Norte do Tejo), da responsabilidade do Ministério da Agricultura (fig.4).

A Lei da Reconstituição Económica (destinada a cobrir o período decorrente entre 1935 e 1959) não pode ser considerada como um plano; com efeito, não se vislumbram nessa legislação de longo prazo elementos indispensáveis à produção de um plano como sejam, entre outros, numa base orgânica mínima, a definição quantificada e precisa dos objectivos e meios, a identificação de qualquer modelo macroeconómico de desenvolvimento, a referência às fontes e sistema de financiamento próprios de um plano.

Com esta Lei pretendia-se:

- 1) a inversão da degradação ecológica verificada em diversas bacias hidrográficas e regiões montanhosas;
- 2) a constituição de povoamentos florestais de elevado valor económico, não só ao nível da produção de madeira mas também de lenhas e outros produtos;
- 3) a instalação e melhoria de pastagens nas melhores áreas para o efeito;
- 4) a ocupação da mão-de-obra excedentária nas regiões abrangidas;
- 5) a produção de paisagens de elevado valor cénico.

A par do mérito e da «novidade» do processo que permitia, pela primeira vez entre nós, mostrar a necessidade de tratamento global destas questões (se bem que apenas ao nível das intenções), mais se lhe não deve que um simples quadro de referência para a realização de alguns investimentos estruturais.

Surge pois neste contexto o Plano de Povoamento Florestal (1939-1968), o qual veio pôr fim à problemática da rentabilização dos terrenos baldios serranos, que se arrastava desde o séc. XIX. Esta arborização, constituída quase exclusivamente por povoamentos contínuos de resinosas, foi pensada para conter os processos de erosão/torrencialidade nas bacias-vertentes e para rentabilizar os terrenos, então, considerados “improdutivos”. Este Plano, que vigorou entre 1939 e 1968, previa a arborização de 420 000 hectares, a melhoria de 60 000 hectares de pastagens, a constituição de reservas naturais e parques nacionais em cerca de 33 500 hectares (incluindo o Gerês, Montezinho ou a Estrela), o estabelecimento de 125 viveiros, a construção de 940 casas de guardas e 140 postos de vigia, para além da instalação de uma completa rede de infra-estruturas viárias e de telecomunicações. Entre 1939 e 1974, contribuiu para a arborização de 287 000 hectares, dos quais 272 000 na execução do Plano.

O referido Plano de Povoamento Florestal surgiu no contexto da reforma agrária de cariz neo-fisiocrático que o então Ministro da Agricultura Rafael Duque pretendeu estabelecer, a partir de 1934, e visava a fixação da população activa no sector primário, através de um melhor aproveitamento produtivo do território e possuía diversos campos de actuação complementares (ROSAS, 1994):

- 1) Emparcelamento das pequenas propriedades ao Norte do Tejo,
- 2) Parcelamento das grandes propriedades ao Sul do Tejo,
- 3) Colonização das propriedades parceladas e de outros incultos recuperados para a agricultura;
- 4) Obras de hidráulica agrícola, para garantia da rentabilidade das novas propriedades criadas no Sul;
- 5) Arborização dos terrenos sem aptidão agrícola.

Segundo F. Rosas (1994), a política delineada pelo ministro da Agricultura encontrou grandes resistências ao nível dos poderosos *lobbies* agrários e viria a sucumbir, definitivamente, a partir de 1944/45, quando o Governo adopta uma estratégia de desenvolvimento industrial (Lei do Fomento e Reorganização Industrial) e se abandona a tese de que a solução para o desemprego rural se encontrava na intensificação das práticas agrícolas.

No entanto, apesar do fracasso da reforma de Rafael Duque, a componente florestal foi a única com aplicação prática significativa, e, muito embora aquém do inicialmente previsto, a infra-estruturação dos espaços rurais foi,

no entanto, um dado relevante, tendo-se construído mais de 1 500 km de caminhos florestais, 2 000 km de linhas telefónicas, 130 viveiros florestais fixos, entre outras construções florestais (PINHO, 2000).

As razões para o não cumprimento integral de alguns objectivos do plano foram várias (MENDONÇA, 1961 e DEVY-VARETA, 1993):

- 1) as dificuldades económicas decorrentes da eclosão da 2.^a Guerra Mundial, que reduziram o ritmo de execução do plano;
- 2) o facto das áreas susceptíveis de arborização apontadas pelo Plano em 1938, estarem claramente sobreavaliadas, verificando-se que superfícies substanciais dos baldios eram constituídas por terrenos extremamente declivosos e por afloramento rochosos, em que a protecção da vegetação natural era a única opção de gestão económica e ecologicamente viável;
- 3) por outro lado, as acções de arborização geraram, nalgumas regiões, resistência por parte das comunidades locais. Os efeitos sociais da arborização dos baldios pelo Estado Novo é matéria que tem gerado bastante discussão, nomeadamente quanto ao seu papel exacto no êxodo populacional que se verificou em muitas dessas áreas a partir de 1950 e que foi contrário aos próprios objectivos do plano.

R. Brouwer (1995, pp. 260-261), que insere a arborização dos baldios numa política estatal de controlo de parcelas importantes do território que eram geridas de forma praticamente autónoma pelas comunidades locais, afirma que no caso estudado (Campeã, Marão) a crise demográfica se instalara antes da arborização dos baldios, "não podendo de forma nenhuma a arborização ser considerada como a causa principal da emigração e do êxodo rural". O efeito global do Plano de Povoamento Florestal ao nível das comunidades locais é um tema que ainda carece de uma análise despida de preconceitos ideológicos e com base num número representativo de estudos-caso locais.

Em 1949 o Plano de Fomento Agrário propôs o ordenamento racional e integrado do conjunto dos espaços rurais baseado na avaliação do potencial agrário das várias regiões do país.

Pese embora a forma autoritária de intervenção do Estado Novo, o esforço de florestação inspirava-se em boas e precoces intenções ambientais (de protecção das encostas, por exemplo) e de desenvolvimento sustentável, e garantiu as bases para a criação, a partir de 1970, de uma rede nacional de áreas protegidas (APIF e ISA, 2005a).

Como refere M. C. Radich e F. O. Baptista (2005), "entre 1875 e 1938, a área da floresta em Portugal pode ter registado um crescimento da ordem de um milhão e oitocentos mil hectares", embora "a área de sementeiras efectuadas pelos serviços públicos, entre 1886-87 e 1936 ascende a pouco mais de 50 mil hectares, dos quais uns 25 mil nas dunas, 18 mil nas serras, o restante em terrenos firmes", valores globalmente corroborados por A. M. S. C. Mendes (2002) (TABELA VIII).

O Plano de povoamento florestal permitiu o crescimento da indústria da madeira serrada e dos aglomerados, da resina, da celulose, da cortiça, o que pode ser entendido como causa e consequência de, em 24.04.1947, por decisão governamental, no quadro da Lei n.º 2005 (1945), a celulose ter passado a ser considerada indústria-base.

Esta política florestal resultou “numa quase monocultura do pinheiro bravo, espécie pioneira da sucessão ecológica com capacidade de sobreviver mesmo em solos extremamente degradados. Estas características, aliadas a um rápido crescimento e à perspectiva de obter madeira com valor comercial num tempo aceitável, levaram, de facto, a utilizar o pinheiro bravo amplamente. No entanto, a sua elevada capacidade colonizadora dos terrenos deixados livres pelo abandono da agricultura terá sido responsável por uma parte muito substancial da área que actualmente ocupa” (APIF, 2005).

No entanto, do ponto de vista técnico, as arborizações com pinheiro bravo estão correctamente justificadas no Plano de Povoamento Florestal (1938-1968) ou no “Reconhecimento dos baldios do continente”, documentos, diga-se de enorme solidez e substância técnica. Está escrito que os pinheiros bravos actuariam como espécies pioneiras que, além de produzirem riqueza, abririam caminho aos *Quercus* e à reconstituição de fertilidades perdidas. A ideologia subjacente aos planos de arborização era simples: produzir riqueza e restaurar a fertilidade do solo num país pobre, sobrepovoado e sem recursos naturais, profundamente degradado pelo Homem, de fraca aptidão agrícola e com uma enorme falta de matérias lenhosas. Os objectivos de produção de riqueza e de restauração ecológica foram sendo cumpridos enquanto as premissas económicas e sociais dos planos de arborização, a disponibilidade dos recursos financeiros e as características dos sistemas sociais não se alteraram.

Entre 1941 e 1959, a indústria da celulose sofre um grande incremento:

- 1) 1941 - foi constituída a Companhia Portuguesa de Celulose, em Cacia, entrando em funcionamento em 1953;
- 2) 1955 - a Celuloses do Guadiana, SARL inicia a actividade de produção de papel;
- 3) 1957 - a Companhia Portuguesa de Celulose inicia a produção de pasta de eucalipto;
- 4) 1958 - constituição da Socel – Sociedade Industrial de Celulose, SARL;
- 5) 1959 - a Companhia Portuguesa de Celulose passa a integrar o projecto da Socel.

A partir do final da 2ª Guerra Mundial iniciou-se, pois, uma viragem na orientação da política estatal para o sector florestal, privilegiando-se o apoio à propriedade florestal privada.

Assim, no âmbito do II Plano de Fomento (1959-1964), reforçado em 1965 pelo Plano Intercalar de Fomento (1965-1967), há uma viragem do Estado para o fomento da arborização nos terrenos privados, mais férteis e em crescente abandono, onde o investimento teria garantidas melhores condições de reprodutividade e a arborização traria menores conflitos sociais.

A cartografia de suporte da arborização dos baldios no Noroeste de Portugal Continental na 1ª metade do Século XX

Por acção da Junta de Colonização Interna (JCI), criada pelo decreto nº 27.207, de 16 de Novembro de 1936, com objectivos direccionados para o desenvolvimento de uma política social agrícola, promovendo a valorização dos espaços incultos para a expansão desta actividade, é elaborado um amplo levantamento das áreas baldias

em todo o território continental, resultando num extenso relatório (composto de dois volumes, o segundo dos quais com dois tomos).

Tal relatório, intitulado “Reconhecimento dos baldios do continente”, publicado em 1939, compila um conjunto vasto de informações relativas aos espaços identificados como baldios, estabelecendo o potencial uso desses espaços em duas categorias principais: reservados à actividade agrícola ou destinados à arborização (por parte dos Serviços Florestais), sendo que, no primeiro caso, foram identificados e reservados 79.451 hectares, enquanto que para arborização se destinaram 332.369 hectares.

Este trabalho foi acompanhado pela produção de peças cartográficas, revelando estas, no entanto, condicionalismos inerentes aos próprios objectivos da tarefa: identificação geral dos espaços baldios. Neste sentido, o cuidado na sua elaboração foi reduzido. De qualquer forma, a parte do relatório síntese de reserva de baldios é acompanhada por duas cartas representativas do território continental de Portugal (representadas a escalas ligeiramente distintas, sem razão aparente que o justifique!) apresentando a “Localização dos baldios reservados provisoriamente” (fig. 4 A) e a “Área baldia em relação à área de cada distrito” (fig. 4 B). Um aspecto que nos salta imediatamente à vista é a falta de uniformização gráfica entre estas duas cartas, produzidas para o mesmo documento.

Nos anexos ao relatório síntese encontram-se os relatórios distritais, que compreendem a descrição, também sintetizada, das áreas baldias em cada concelho e distrito. Acompanham-nos cartas de pormenor onde se representa, de forma muito genérica, as áreas de baldios afectos (fig. 5). Obviamente que estas cartas estão enfermas dos mesmos males anteriormente referidos e mais alguns. De facto, o maior pormenor destas em relação às primeiras acentua as deficiências. Estas começam logo pela escala, que não se encontra indicada em nenhuma destas cartas. Além disso, a representação das áreas dos baldios não corresponde à representação gráfica do espaço real. Estas são representadas por quadrados de diferentes tamanhos, hipoteticamente proporcionais às áreas reais, sendo, no entanto, impossível de aferir tal, pela ausência de escala nas cartas. Desconhece-se, igualmente, a fonte cartográfica que serviu de base à representação e a legenda está também ausente.

Na sequência deste trabalho de inventariação das áreas baldias de Portugal continental e seu aproveitamento agrícola e florestal, a mesma JCI procedeu à elaboração de um “Plano geral de aproveitamento dos baldios reservados”, publicado em 1941 (composto por 4 volumes e abrangendo 10 Distritos: Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Aveiro, Coimbra, Leiria, Viseu, Guarda, Évora e Faro), abrangendo apenas os baldios “cuja revisão de reserva e estudos de campo” realizados no relatório anterior “consideraram com características justificativas de imediata intervenção da Junta” (JCI, 1941, pág. 19).

Este relatório apresenta, do ponto de vista cartográfica, uma maior riqueza, não só do ponto de vista da quantidade, mas também da qualidade das peças produzidas.

No primeiro volume, essencialmente introdutório e de síntese, são incluídos algumas cartas representado vários temas no contexto do território nacional continental (fig. 6 A e B). Todas elas apresentam lacunas e erros já referidos para os exemplos presentes no relatório anterior.

São os volumes seguintes que revelam uma verdadeira evolução do ponto de vista cartográfico, apresentado cartas com um significativo rigor cartográfico na sua representação. Nos três volumes a que nos referimos procede-se à caracterização física e humana criteriosa das áreas baldias reservadas provisoriamente, aptidões, proposta de aproveitamento e respectivo orçamento de execução, com a previsão dos resultados económicos previstos. Para cada área foi elaborada cartografia onde foram representados os tipos de aproveitamento das mesmas (fig. 7).

Trata-se de cartas elaboradas a cores e desenhadas com base nas cartas 1:50.000 do Instituto Geográfico e Cadastral. Além dos elementos topográficos e hidrográficos, a legenda compreende ainda limites administrativos e de baldios, vias de comunicação e a tipologia de aptidão das áreas baldias. Estão ainda representadas nas cartas as localidades, embora a simbologia esteja ausente da legenda.

Quase em paralelo, após a publicação em *Diário do Governo* (n.º 136, I série, de 15 de Junho de 1938) da Lei do Povoamento Florestal (Lei n.º 1971), foram sendo aprovados no Noroeste de Portugal diversos projectos de arborização de perímetros florestais (fig. 8 e 9).

Tal como a cartografia do “Plano geral de aproveitamento dos baldios reservados”, trata-se de cartas elaboradas a cores e desenhadas com base nas cartas 1:50.000 do Instituto Geográfico e Cadastral e que apresentam um significativo rigor cartográfico na sua representação.

As legendas apresentam-se incompletas, pois, nelas não aparecem representados os elementos hidrográficos e as localidades que constam nas cartas.

Estes projectos eram completados por outros que suportavam as arborizações, tais como os de abertura de caminhos florestais (fig. 10), construção de postos de vigia, melhoramento de pastagens, ..., o que permitiu que ano após ano, os perímetros fossem sendo dotados de infra-estruturas, ao mesmo tempo que se procedia à sua arborização.

A cartografia vinha ainda acompanhada de peças desenhadas de Torres de Vigia (fig. 11), Aquedutos, Pontes, Alçados de Armazém de sementes, Casas de guarda, Infra-estruturas de apoio às pastagens (fig. 12), Cancelas (fig. 13), ...

Notas finais

Com a apresentação de alguns exemplos da cartografia e de peças desenhadas utilizadas no planeamento florestal da primeira metade do século XX em Portugal, pretendemos mostrar a evolução dessa cartografia bem como realçar algumas das lacunas e erros que nela existiam.

No entanto, o principal objectivo foi o de dar a conhecer um valioso património cartográfico que, embora marcado por imperfeições, serviu de base ao planeamento florestal da primeira metade do século XX em Portugal e que raramente tem sido realçado.

Bibliografia

- Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais (APIF) e Instituto Superior de Agronomia (ISA) (2005) - Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, Estudo técnico I, Diagnóstico, Visão e Objectivos Estratégicos, Lisboa.
- Bento-Gonçalves, António (2011) - Geografia dos Incêndios em Espaços Silvestres de Montanha – caso da serra da Cabreira Lisboa: FCG/FCT, Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas
- Devy-Vareta, N. (1993) - A Floresta no Espaço e no Tempo em Portugal: o caso de arborização da serra da Cabreira, 1919-1975, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 459 pp.
- Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas (1939) - Serra da Cabreira, Projecto de Arborização, 40 pp. e mapa anexo.
- Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas (1945) - Serra do Barroso, Projecto de Arborização, 35 pp. e mapa anexo.
- Junta de Colonização Interna (1939) – Reconhecimento dos baldios do continente, Ministério da Agricultura, 2 volumes, Lisboa.
- Junta de Colonização Interna (1941) – Plano geral de aproveitamento dos baldios reservados, Ministério da Economia, 4 volumes, Lisboa.
- Mendes, A. M. S. C. (2002) - A Economia do Sector da Cortiça em Portugal. Evolução das actividades de Produção e de Transformação ao longo dos séculos XIX e XX, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Economia de Gestão, Porto, 238 pp.
- Mendonça, J. C. (1961) – 75 Anos de actividade na Arborização de Serras, Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, Lisboa, 141 pp.
- Pinho, J. A. S. R. (2000) – Referências para o Planeamento Florestal, Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Planeamento Regional e Urbano, Universidade Técnica de Lisboa, 94 pp.
- Radich, M. C.; Baptista, F. O. (2005) – “Floresta e Sociedade: Um percurso (1875 – 2005)”, Silva Lusitana, 13 (2), EFN, Lisboa, p.143-157.
- Rosas, F. (1994) – O Estado Novo (1926-1974), Sétimo volume da História de Portugal (Dir. José Mattoso), Círculo de Leitores, Lisboa, 589 pp.
- Vieira, José Neiva (2007) - Floresta portuguesa. Imagens de tempos idos. Árvores e Florestas de Portugal. Vol. 1. Fundação Luso-Americana, Público, Liga para a Protecção da Natureza. Lisboa.

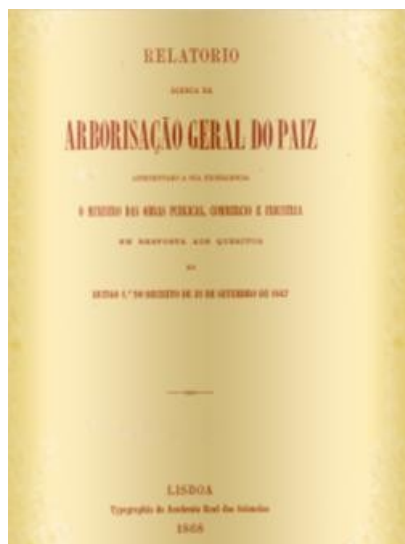


Fig. 1 – “Relatório ácerca da Arborisação Geral do Paiz” (1868) e pequeno excerto da respectiva cartografia de apoio (Fonte Bento Gonçalves, 2011)

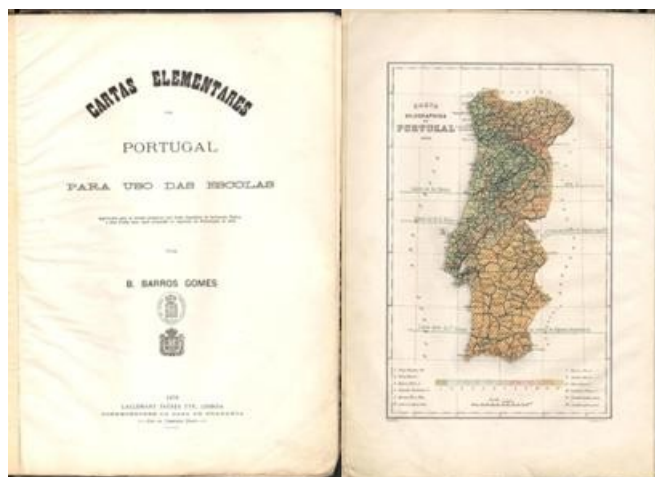


Fig. 2 – “Cartas Elementares de Portugal para uso das Escolas” de Bernardino Barros Gomes (1878). (Fonte Bento Gonçalves, 2011)



Fig. 3 – Plano de Povoamento Florestal

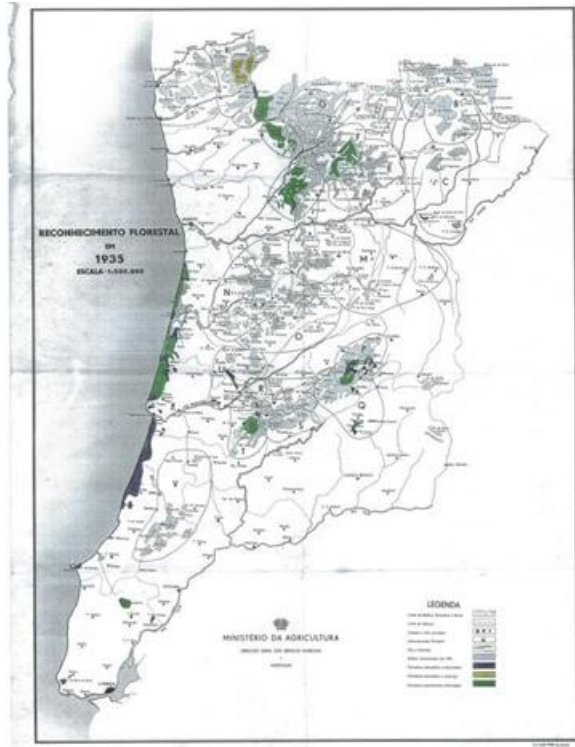


Fig. 4 – Reconhecimento Florestal (1935)



Fig. 4 -. Cartas de Portugal continental (Fonte JCI, 1939)

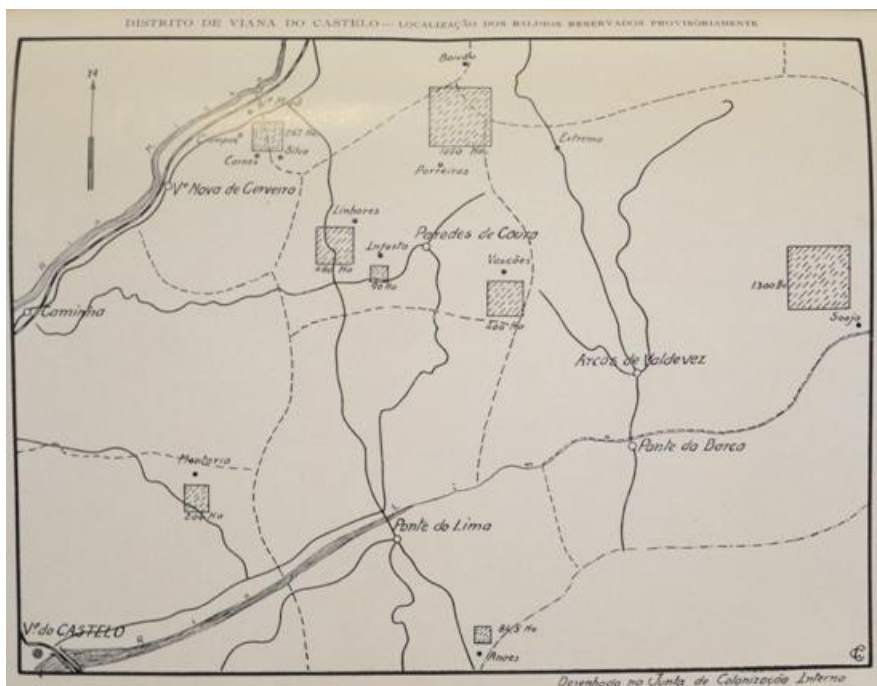


Fig. 5 - . Exemplo de uma carta representando as áreas baldias de um distrito (Fonte JCI, 1939)

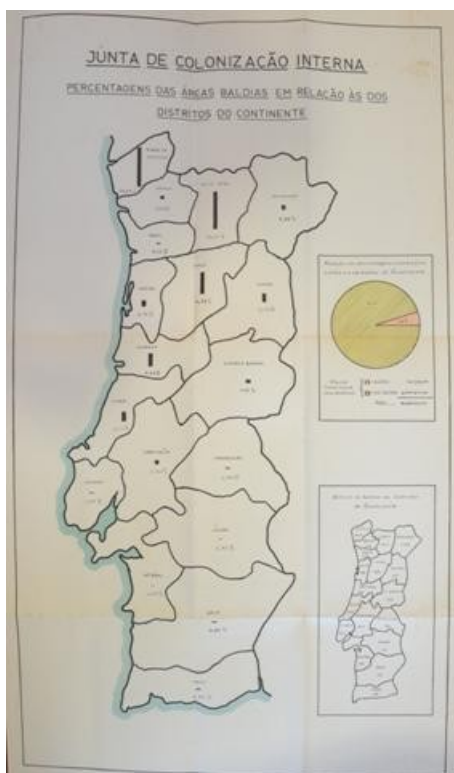


Fig. 6 -. Cartas temáticas de Portugal continental (Fonte JCI, 1941)

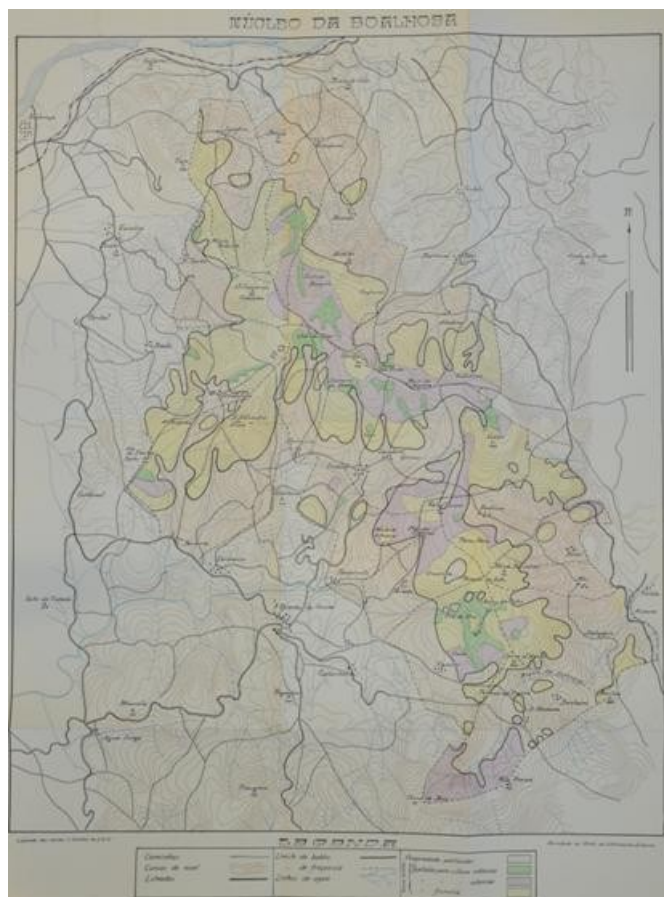


Fig. 7 - Exemplo de uma carta representando áreas baldias e sua proposta de aproveitamento (Fonte JCI, 1941)



Fig. 8 - Projecto de Arborização do Perímetro Florestal da Serra da Cabreira e respectiva cartografia de apoio.
 (Fonte DGSFA, 1939)

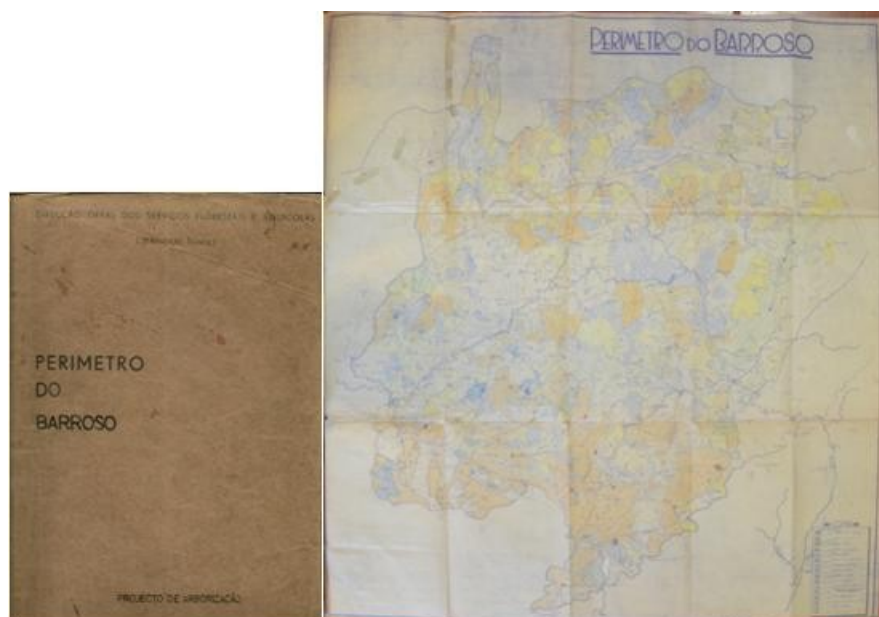


Fig. 9 – Projecto de Arborização do Perímetro Florestal do Barroso e respectiva cartografia de apoio. (Fonte DGSFA, 1945)

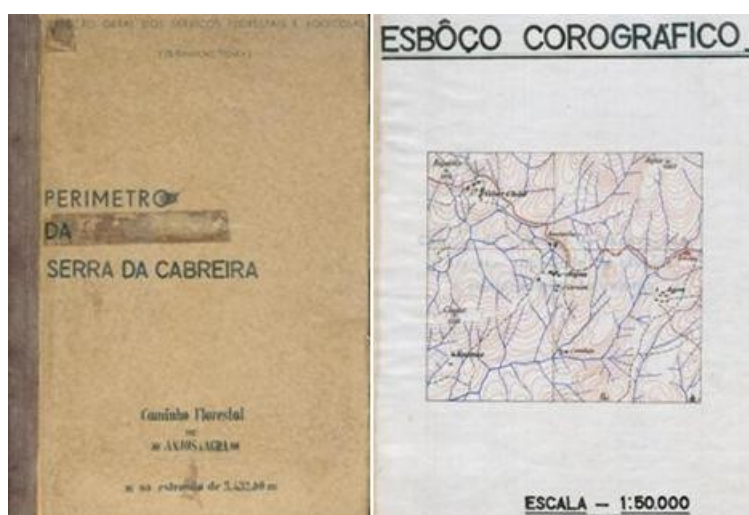


Fig. 10 – Exemplo de projecto de caminho florestal e respectivo esboço corográfico. (Fonte DGSFA, 1947)

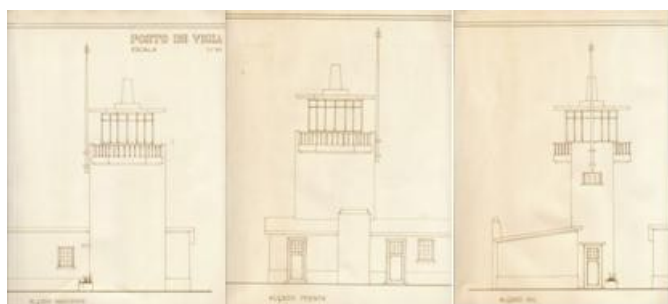


Fig. 11 - Exemplo de peças desenhadas de Torres de Vigia (Fonte Bento Gonçalves, 2011)

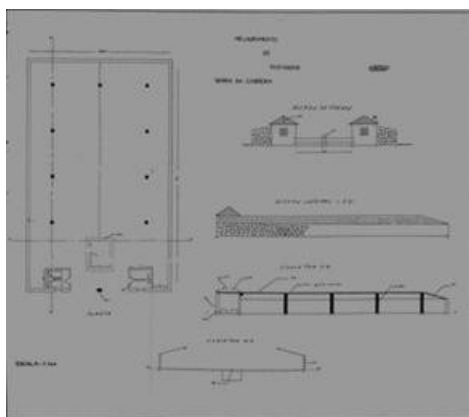


Fig. 12 - Exemplo de peças desenhadas de Infra-estruturas de apoio às pastagens (serra da Cabreira) (Fonte Bento Gonçalves, 2011)



Fig. 13 - Exemplo de peças desenhadas de cancelas (Fonte Bento Gonçalves, 2011)



Fot. 1 A, B - Arborização dos Baldios (Fonte Vieira, 2007)



Fot. 1 C, D - Arborização dos Baldios (Fonte DGRF)